



RELATÓRIO 1

**MAPA DA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA SOBRE  
CAPACIDADES ESTATAIS E  
EDUCAÇÃO (1999-2022)**

## **REALIZAÇÃO**

**Instituto Unibanco**

### **Superintendente Executivo**

Ricardo Henriques

### **Gerentes**

João Marcelo Borges

Maria Julia Azevedo

Núbia Freitas Silva Souza

Ricardo Madeira

Tiago Borba

### **Coordenação de Pesquisa e Avaliação**

Raquel Souza dos Santos (coord.)

Fabiana Bento

Fabiana Souza

Fábio Rocha

Fernando Marques

Victoria Jaeger

## **ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

### **Autoria**

Rafael Rodrigues Viegas

Natasha Borali

Fabiana Bento

### **Revisão crítica**

Raquel Souza dos Santos

Annalua Sampaio Santos de Santanna

**ISBN:** 978-65-87509-05-1

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

### **Coordenação de Comunicação**

André Souza Corrêa

### **Coordenação editorial**

Fabiana Hiromi

Alan Ary Meguerditchian

### **Revisão**

Mauro Negri

### **Projeto gráfico e diagramação**

Fernanda Aoki

# SUMÁRIO

<b>Abertura</b>	<b>05</b>
<b>Metodologia</b>	<b>06</b>
<b>Perfil das publicações sobre “capacidades estatais” e “educação”</b>	<b>10</b>
<b>Redes de cocitação sobre “capacidades estatais” e “educação”</b>	<b>16</b>
<i>Cluster verde</i>	20
<i>Cluster azul</i>	24
<i>Cluster laranja</i>	24
<i>Clusters rosa e azul-turquesa</i>	25
<i>Cluster preto</i>	26
<i>Cluster roxo</i>	27
Considerações sobre a rede de cocitação em “capacidades estatais” e “educação”	35
<b>Coocorrência de termos e rede de acoplamento bibliográfico</b>	<b>36</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>42</b>
<b>Referências</b>	<b>44</b>



# ABERTURA

O presente relatório tem como objetivo apresentar um levantamento sobre os autores fundamentais, periódicos e instituições que influenciam a literatura sobre capacidades estatais em sua interseção com a educação.

Este é o primeiro documento de uma série que irá explorar o tema das capacidades estatais e sua interface com o campo educacional. Para tal intento, o relatório está estruturado em cinco seções.

A primeira seção apresenta de forma mais detalhada o que é a análise cientométrica, seus procedimentos e os critérios que foram adotados para a realização deste estudo – a análise de trabalhos publicados na coleção principal da Web of Science (WoS) e na coleção da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na sequência, a segunda seção apresenta as principais características sobre as publicações identificadas, como a sua distribuição ao longo dos anos, o país de origem dos autores, os principais autores citados pelos artigos e as áreas temáticas em que os artigos estão enquadrados. Na terceira seção é apresentado o conceito de capacidades estatais e são analisadas as redes de cocitação dos autores e as abordagens utilizadas nos artigos em relação ao tema. A quarta seção olha para as redes de acoplamento dos termos utilizados pelos artigos, além das conexões entre os periódicos e as universidades. Por fim, a última seção apresenta as conclusões acerca do atual estado do campo de estudos no que se refere às capacidades estatais em educação e sugere futuros desdobramentos para pesquisas na área.

# METODOLOGIA

A cientometria é conhecida como uma técnica de análise empírica e quantitativa da produção e estrutura de um determinado campo científico, permitindo descrever, avaliar e monitorar tópicos de pesquisa publicados. Por sua natureza, um estudo cientométrico fornece uma “fotografia” sobre um campo científico, buscando reduzir vieses comuns que podem surgir em processos de revisão de literatura (ZUPIC; ČATER, 2015).

Para fazer esse mapeamento de um campo, a análise cientométrica busca caracterizar não apenas quais são as principais referências em um tópico de pesquisa, mas também analisa as influências entre os autores, tópicos de pesquisa, instituições e periódicos, com o intuito de explicitar as relações entre os atores que compõem a estrutura do campo científico (ZUPIC; ČATER, 2015; MINGERS; LEYDESDORFF, 2015). A principal contribuição desse método é a aplicação de um critério técnico para evidênciação e mensuração dos autores fundamentais e suas produções, trazendo transparência ao processo.

Para a realização da presente pesquisa, a busca dos documentos foi feita a partir de duas bases que congregam revistas científicas: a coleção principal da Web of Science (WoS) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A escolha por essas duas bases científicas decorre tanto de sua relevância como da sua abrangência.

A WoS é conhecida como uma das principais fontes de dados sobre referências científicas do mundo devido à qualidade dos dados que podem ser extraídos dessa base (MINGERS; LEYDESDORFF, 2015). Contudo, a WoS possui um menor número de periódicos das áreas de ciências sociais e humanidades quando comparado às ciências naturais, além de uma predominância maior de artigos publicados em língua inglesa (MINGERS; LEYDESDORFF, 2015).

Para reduzir as referidas limitações, acrescentamos na análise as publicações indexadas na SciELO, uma plataforma open science que começou no Brasil e se espalhou por outros países. Atualmente, o repositório de publicações da SciELO possui maior amplitude de periódicos de ciências sociais e humanidades, além de ter em maior quantidade artigos publicados em português e espanhol e concentrar os melhores periódicos nacionais (PACKER, 2009; PERICH et al., 2021).

Portanto, a combinação dessas duas bases científicas nos permite ter uma boa caracterização do campo, uma vez que estuda as principais publicações no âmbito das humanidades, em níveis nacional, internacional e latino-americano. Desta forma, ressalta-se que a escolha das publicações indexadas nas bases da WoS e da SciELO teve como critério os maiores indicadores de cocitação, ou seja, aquelas que apresentaram maior destaque no que diz respeito à credibilidade, seriedade e ética científicas.

Imagem 1 - Logo da WoS



Fonte: WoS

Imagem 2 - Logo da SciELO



Fonte: SciELO

Uma vez selecionadas as bases, passamos então aos critérios para a busca dos documentos analisados. A coleta de dados foi realizada através da chamada *string* de busca, que são os caracteres que conduzem a pesquisa dentro do repositório das bases de dados (PERICH *et al.*, 2021). A busca pelos termos foi realizada tendo como referência os campos de título, resumo e palavras-chave dos documentos. No **Quadro 1**, apresentamos a busca e os critérios utilizados para a mineração dos dados nas bases indexadoras.

Quadro 1 – Critérios de busca nas bases WoS e SciELO

Base	WoS	SciELO
<b>Pesquisa inicial</b>	Tópico: (“State Capacity” and “Education”)	Tópico: (“State Capacity” and “Education”)
<b>Filtro interno por região</b>	Todas categorias	Todas categorias
<b>Filtro interno por categoria</b>	Todas categorias	Todas categorias
<b>Tempo estipulado e índices</b>	Tempo estipulado: todos os anos. Índices: SSCI, ESCI.	Tempo estipulado: todos os anos. Índices: SciELO-CI
<b>Resultado da busca</b>	77 documentos	6 documentos

Fonte: elaboração própria

Como evidenciado no Quadro 1, o foco da análise foi a combinação dos termos diretamente relacionados a capacidades estatais e educação: *State Capacity* e *Education*. Ainda que a busca de termos pudesse ter sido feita de forma independente, a exigência de que ambos os termos estivessem presentes nos documentos foi a forma encontrada para circunscrever melhor a pesquisa. Ressaltamos que a utilização do conceito *education* nos resultados da pesquisa pode aparecer vinculado a qualquer política social ou sentença no corpo do texto, não necessariamente indica que o documento abordará uma política pública educacional. Chamamos de documentos todos os tipos de arquivos indexados nessas duas bases: artigos, artigos de conferência, capítulos de livro etc.

Nenhuma restrição foi adicionada aos critérios de região, ou seja, todos os países indexados foram considerados. Além disso, nenhuma restrição foi adicionada para categoria, que se refere ao campo de estudo – como, por exemplo: economia, ciência política, administração, políticas públicas, direito. O resultado da busca retornou 77 documentos publicados na WoS (nove de autores brasileiros) e seis na SciELO (cinco de autores brasileiros). Portanto, o total de documentos que foram mapeados para esta primeira parte da análise é 83.

Quatro atributos foram considerados para a análise dos documentos sobre capacidades estatais e educação:

- **Temporalidade:** distribuição dos estudos ao longo do tempo, de forma a evidenciar a frequência e popularidade da temática;
- **Cocitação de autores:** relação determinada pelo número de vezes em que dois autores são citados de forma conjunta em um mesmo documento, com o intuito de revelar tradições intelectuais (escola de pensamento) e referências fundamentais;
- **Coocorrência de palavras:** relação determinada pelo número de vezes em que duas palavras-chave aparecem de forma conjunta em um mesmo documento, sugerindo a existência de significado compartilhado;
- **Acoplamento bibliográfico por periódicos:** a relação é determinada pelo número de vezes em que os periódicos se citam reciprocamente, revelam as comunidades do campo científico.

Na análise temporal, consideramos o universo total da busca realizada nas bases, abrangendo o período entre 1999 e 2022. Para análise de cocitação de referências, utilizamos como critério o autor possuir ao menos duas citações entre os artigos analisados. Já na análise de coocorrência de termos (palavras-chave dos artigos), o critério estabelecido foi a palavra aparecer pelo menos duas vezes entre os metadados dos estudos. Por fim, nas análises de periódicos e instituições, não acrescentamos critérios de exclusão; logo, consideramos na análise todo o universo da coleta de dados realizada.



Para a análise dos dados, foram utilizadas ferramentas de Análise de Redes Sociais (ARS), que permitem identificar o pilar central que congrega a produção científica mais relevante, além de permitir visualizar interconexões entre autores, documentos, periódicos e instituições, fornecendo resultados de forma gráfica visual em um *science mapping*<sup>1</sup> (ZUPIC; ČATER, 2015; MINGERS; LEYDESDORFF, 2015).

<sup>1</sup> Para a construção das redes e visualização dos gráficos, utilizamos o software Gephi 0.10, por meio do algoritmo Circle Pack Layout, hierarquizado pelas métricas de modularidade e *degree* (grau). A modularidade calcula a grupabilidade da rede, demonstrando os chamados *clusters* (comunidades) que se aproximam de algum modo. A métrica de grau demonstra a centralidade dos “nós”, que representam os objetos em análises e fornecem uma medida de quantidade de conexões realizadas por um determinado ator na rede (por exemplo, frequência de citação de um autor), o que pode servir para interpretar a importância e influência de um ator, periódico ou instituição, ou ainda para saber a frequência que determinado termo aparece na rede.

# PERFIL DAS PUBLICAÇÕES SOBRE “CAPACIDADES ESTATAIS” E “EDUCAÇÃO”

Ainda que os estudos sobre capacidades estatais tenham tido início na década de 1960, a análise aqui desenvolvida identificou documentos publicados na WoS que apresentavam os termos “capacidades estatais” em seu título, palavras-chave e resumo apenas a partir de 1999.

Nas últimas décadas, é nítida a tendência de crescimento do número de documentos indexados sobre “capacidades estatais” no mundo (Gráfico 1). Esse dado sugere que se trata de um tema e de um interesse de pesquisa em ascensão, com mais de 200 publicações por ano a partir de 2020.

**Gráfico 1 – Frequência de publicações no tema “Capacidades estatais” – WoS**



Elaboração própria. Fonte: WoS

Percebemos tendência semelhante nas ocorrências indexadas na base da SciELO (**Gráfico 2**), ou seja, as produções nacionais e latino-americanas também acompanham a tendência internacional mais abrangente que revelam ser este um tema de interesse de pesquisa em ascensão.

**Gráfico 2 – Frequência de publicações no tema “Capacidades estatais” – SciElo**

Elaboração própria. Fonte: SciElo

Ainda que seja possível notar tendências semelhantes, vale reconhecer que a produção identificada na WoS nos últimos três anos atingiu um patamar de 200 artigos por ano, ao passo que as produções nacional e latino-americana presentes na SciElo giram em torno de 12 artigos por ano no mesmo período.

Quando consideramos a interseção entre “capacidades estatais” e “educação”, as buscas evidenciam que se trata de uma articulação mais incipiente do que a observada apenas para a busca do termo “capacidades estatais” de forma ampla. Contudo, como é possível observar no **Gráfico 3**, há na WoS, a partir de 2013, um significativo aumento no número de documentos publicados nessa temática, o que sugere que esse é um tópico de pesquisa com potencial de crescimento também quando considerada a interface com a educação.

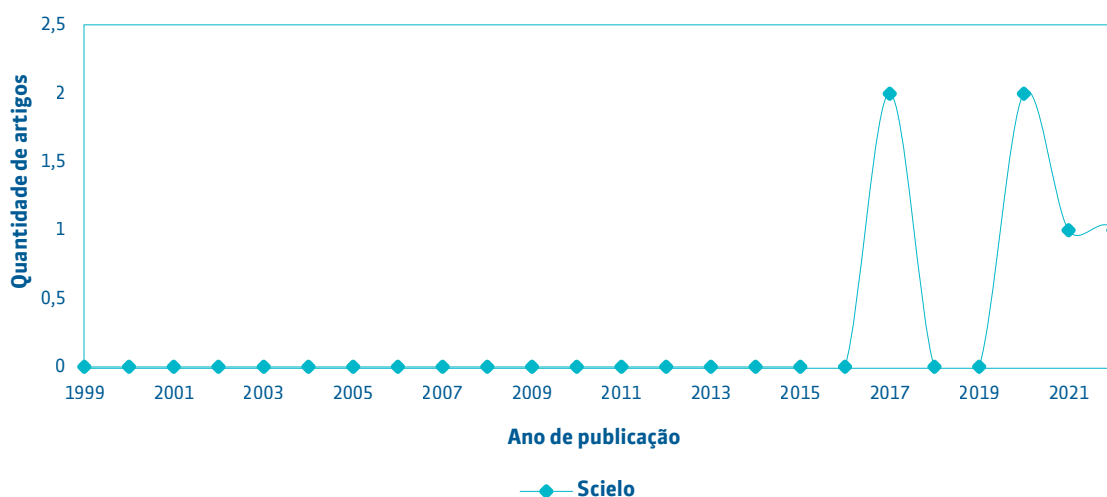
**Gráfico 3 – Frequência de publicações nos temas “Capacidades estatais” e “Educação” – WoS**

Elaboração própria. Fonte: WoS

Vale notar que, enquanto o campo mais amplo de produções sobre capacidades estatais na WoS nos últimos três anos foi de cerca de 200 artigos ao ano, a interface com o campo da educação resulta num volume menor de artigos (dez, em média), com um pico de produções em 2020.

No caso da base da SciELO, as primeiras ocorrências de documentos com a combinação de termos “capacidades estatais” e “educação” são de 2017 (**Gráfico 4**) e, desde então, se apresentam de forma intermitente e bastante pontual.

**Gráfico 4 – Frequência de publicações nos temas “Capacidades estatais” e “Educação” – SciELO**



Elaboração própria. Fonte: SicElo

Do total de 83 documentos identificados por este levantamento, a distribuição por tipo de arquivo tem a seguinte característica: 81 são artigos, um é um capítulo de livro e um é uma crítica literária. Além disso, em relação à autoria, nota-se que apenas 14 (16,86%) dos documentos identificados são artigos cujos autores e/ou coautores são brasileiros.

Considerando o universo de autores e coautores dos 83 documentos identificados – lembrando que cada artigo pode ter mais de um autor –, foram identificadas pessoas de 25 diferentes países<sup>2</sup>. Destacam-se os países com maior frequência:

- Estados Unidos (41 autores)
- Brasil (18 autores)
- Inglaterra (16 autores)

<sup>2</sup> Demais países e número de autores presentes na amostra: Itália (3), Canadá (2), Finlândia (2), Israel (2), Holanda (2), Cingapura (2), Suécia (2), Argélia (1), Bangladesh (1), Colômbia (1), Gâmbia (1), Guiné Bissau (1), Índia (1), Quênia (1), México (1), Mianmar (1), Nepal (1) e Paquistão(1).

- China (5 autores)
- Austrália (4 autores)
- Alemanha (4 autores)
- Malásia (4 autores)

### Imagem 3 – Distribuição dos documentos no mundo com maior frequência de autores e coautores



Elaboração própria. Fontes: WoS e SciELO

Destacamos os 18 autores brasileiros presentes em 14<sup>3</sup> dos 83 documentos anteriormente identificados:

- ABRUCIO, Fernando Luiz – Fundação Getulio Vargas (FGV)
- BATISTA, José Marques – Bem Comum Assoc. Partnership Literacy Collaborat Parc
- COELHO, Rony – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
- COMIM, Flavio – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
- CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo – Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)
- EUCLYDES, Fillipe Maciel – Fundação Getulio Vargas (FGV)
- FECHINE, Valéria – Universidade de Brasília (UnB)
- FREIRE, Danilo – Brown University
- GALDINO, Manoel – Transparência Brasil, São Paulo (SP)
- GRIN, Eduardo José – Fundação Getulio Vargas (FGV)
- GUTH, Felipe – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- LOBO, Cinara – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- LOUREIRO, Miguel – Institute of Development Studies (IDS), Universidade de Sussex, Inglaterra
- MARRENCO, André – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
- MIGNOZZETTI, Umberto – Fundação Getulio Vargas (FGV)

<sup>3</sup> Entre os 83 documentos, 14 são artigos de autores brasileiros. A predominância dos autores brasileiros deve-se à intencionalidade de localizá-los, o que induziu a busca na base de dados SciELO, que concentra estudos latino-americanos.

- RABELO CARDOSO, André Luis – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
- RIBEIRO, Vanda Mendes – Instituto Jus – Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas, Sociais, Gestão de Políticas Públicas e Justiça Social
- SEGATTO, Catarina Ianni – Universidade de São Paulo (USP)

Os 83 artigos se encontram associados a 119 categorias, que são subdivisões de assuntos. As categorias com maior frequência<sup>4</sup> são Ciência Política e Economia, as quais representam juntas 40% dos documentos relacionados.

## Quadro 2 – Categorias da busca nas bases WoS e SciELO

Categoria WoS e SciELO	Contagem	%
Political Science	30	25%
Economics	18	15%
Development Studies	9	8%
Public Administration	9	8%
Educational Research	8	7%
International Relations	7	6%
Sociology	7	6%
Area Studies	3	3%
Education Special	3	3%
Environmental Studies	3	3%

Elaboração própria. Fontes: WoS e SciELO

O protagonismo dos campos de pesquisas de ciência política e de economia presentes no **Quadro 2**, que determina a categoria indicada pelo autor no momento da submissão do documento, também se reflete nas dez áreas que concentram mais citações. Como apresentado na Tabela 1, as áreas de conhecimento mais referenciadas pelos documentos aqui identificados também são a economia e a ciência política.

<sup>4</sup> São categorias presentes nos 83 documentos coletados, porém com menor frequência: *Engineering Civil, History Of Social Sciences, Public Environmental Occupational Health, Rehabilitation, Social Sciences Interdisciplinary, Agricultural Economics Policy, Construction Building Technology, Ecology, Environmental Sciences, Green Sustainable Science Technology, History, Law, Multidisciplinary Sciences, Psychology Clinical, Tropical Medicine e Management.*

**Tabela 1 – As dez áreas que concentram mais citações**

Área	Citações	% de 952
Economics	238	25%
Political Science	196	20.5%
Education Research	149	15.6%
Development Studies	124	9.8%
International Relations	124	7.2%
Public Administration	121	5.7%
Area Studies	111	4.4%
Environmental Studies	96	4.4%
Education Special	92	3.9%
Environmental Sciences	88	3.6%

Elaboração própria. Fontes: WoS e SciElo

Esse efeito (de que as categorias de artigos mais citadas se espelhassem na categoria indicada pelos autores) é esperado, pois estudos de uma categoria de conhecimento referenciam em geral sua própria categoria por se tratar de interlocutores diretos. Isso significa que, se o artigo mais citado advém de um economista, consequentemente a área mais citada também será da ciência econômica. A consequência é uma concentração do tema “capacidade estatal” junto aos campos do conhecimento das ciências econômica e política, as mais influentes no tópico de pesquisa, demandando adaptações para outras áreas. O mesmo efeito irá repercutir na análise sobre periódicos e instituições, pois é plausível que a produção de artigos científicos se insira em dinâmicas dos campos científicos internacional e nacional, definidas, entre outras coisas, pela relação dos pares acadêmicos e direcionadas a periódicos com melhor qualificação, o que sugere também relações de hierarquia nesses campos (ZUPIC; ČATER, 2015; MINGERS; LEYDESDORFF, 2015).

# REDES DE COCITAÇÃO SOBRE “CAPACIDADES ESTATAIS” E “EDUCAÇÃO”

Antes de mergulharmos na análise sobre as vertentes dos estudos sobre capacidades estatais, é importante darmos um passo atrás a fim de apresentar o que tal conceito busca caracterizar, sua concepção histórica e multidimensionalidade.

O tema “capacidades estatais” tem despertado o interesse da comunidade acadêmica à medida que busca responder a questões sobre: **como o aparato estatal é capaz de suprir o crescente e amplo rol de atribuições de políticas públicas?; como o Estado é capaz de atingir os objetivos aos quais se propõe?**

O conceito é um termo polissêmico devido ao fato de diferentes elementos serem contributivos ou restritivos para a atuação dos Estados – sua capacidade de influenciar a sociedade e levar à tomada de decisões políticas; as instituições, organizações e instrumentos presentes e que viabilizam ou constroem a implementação de políticas; o conhecimento disponível ou acessível aos atores estatais; características e competências das equipes que compõem o corpo burocrático dos Estados etc.

As pesquisas sobre capacidade estatal tiveram início nos anos 1960 nos Estados Unidos, principalmente no campo da análise econômica comparada, enfatizando a problemática da “qualidade governamental” de cada unidade da federação, com preocupações teóricas de cunho federalista e com metodologias quantitativas associadas ao desenvolvimento econômico (EVANS e RAUCH, 2014). Estudos na área de sociologia também buscavam entender quais capacidades do Estado seriam necessárias para a promoção do desenvolvimento, pensando em termos de resultados esperados das políticas públicas (GOMIDE e BOSCHI, 2016).

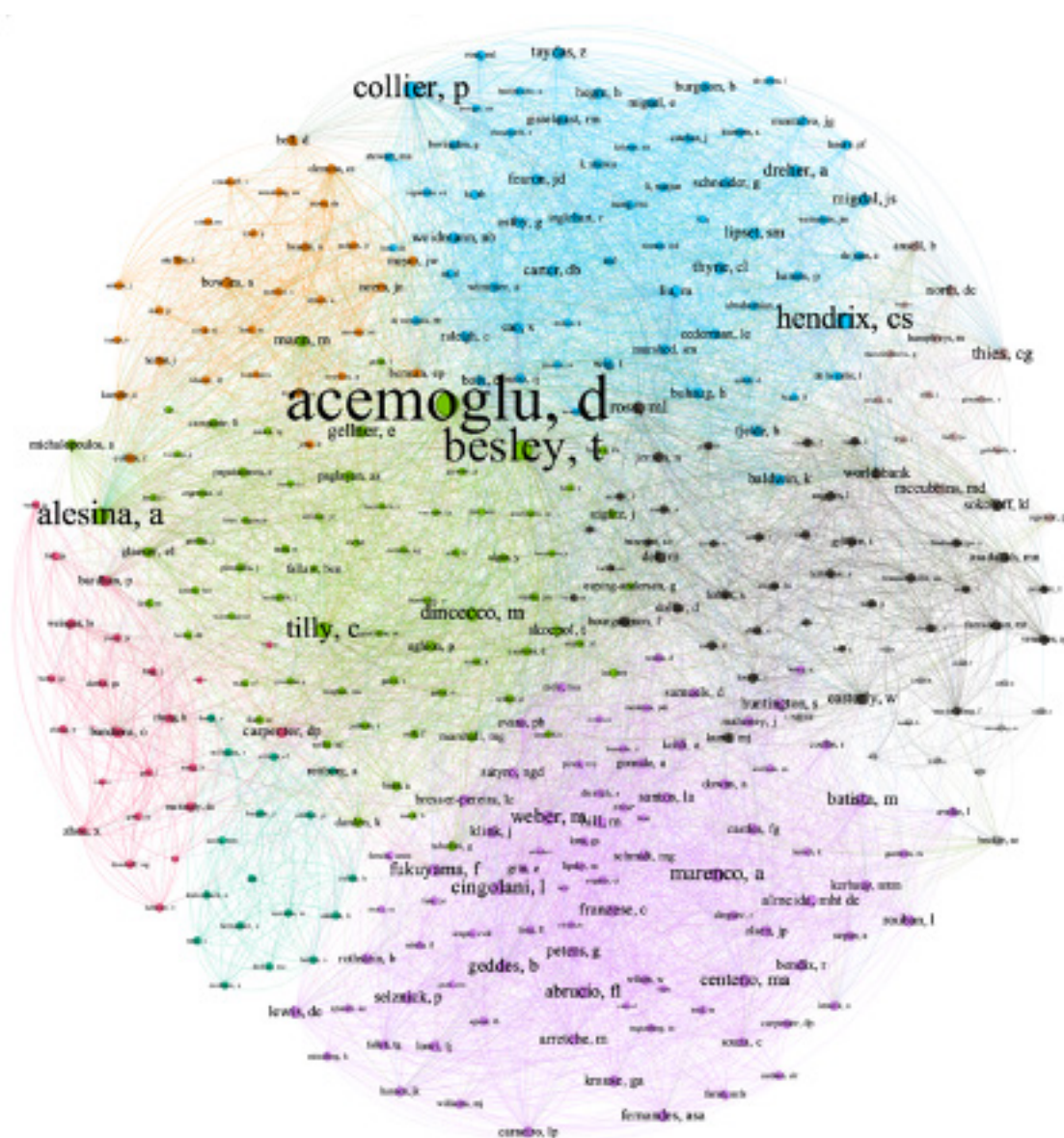
A capacidade estatal pode estar relacionada a diferentes temas e resultados, tais como: crescimento econômico, estabilidade política, índices de educação, controle da violência, consolidação de democracias, qualidade institucional, entre muitos outros. Muito por isso, há grande dificuldade em mensurar os determinantes de capacidade estatal, como importantes autores afirmam (EVANS, 1995; EVANS e RAUCH, 1999; TILLY, 2007; FUKUYAMA, 2013; CINGOLANI, 2013; BESLEY e PERSSON, 2014; GOMIDE, SILVA e PIRES, 2014; ACEMOGLU e ROBINSON, 2012; GOMIDE e BOSCHI, 2016).



As abordagens no estudo das capacidades estatais são também influenciadas pelo campo teórico que embasa as análises, sendo possível observar variações em relação ao campo de origem – se mais próximo da economia, da ciência política ou da administração pública. É visando capturar essas nuances e detalhar a rede de referências que compõem os estudos sobre capacidades estatais que o presente documento se debruça.

A **Figura 1** condensa informações sobre a rede de citação em capacidades estatais e educação, que demandam uma análise desagregada sobre dois aspectos: a) os diferentes *clusters* (grupos) que a compõem; e b) a rede de atores fundamentais desse universo de produção, em especial daquela que se estrutura a partir da produção nacional (dado o interesse da presente pesquisa). Para diferenciar as tendências identificadas e os grupos de autores dada sua proximidade de abordagens, os *clusters* são identificados por diferentes cores, como é possível observar na Figura 1.

**Figura 1 – Rede de citação sobre capacidade estatal e educação**



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciElo

Antes de aprofundarmos na análise propriamente dita, salientamos que, para interpretar a **Figura 1**, é preciso entender como ocorreu sua formação no software utilizado para a análise de redes (Gephi<sup>5</sup>) e o que significam as relações (sinalizadas pelas arestas) entre os nomes dos autores (nós), bem como o tamanho, a cor e a centralidade destes (nós) na rede.

Retomamos que a relação na rede é determinada pelo **número de vezes que os autores são citados de forma conjunta nos 83 documentos anteriormente identificados**. Segundo a literatura que trata da técnica cientométrica combinada com a Análise de Redes Sociais (ARS) (ZUPIC; ČATER, 2015; MINGERS; LEYDESDORFF, 2015), a relação existente entre os autores sugere tradições intelectuais (por exemplo, escolas de pensamento) e destaca referências que são fundamentais no tópico de pesquisa. No caso da análise aqui realizada, foi delimitado, arbitrariamente, um mínimo de duas citações de cada autor para que este fosse destacado no grafo de rede.

Ademais, é importante lembrar e reter quais as estatísticas utilizadas no Gephi e que possibilitaram a visualização gráfica da **Figura 1**:

- a **estatística de centralidade**, definida pelo **grau**, que permite identificar quem (nome do autor que aparece nos nós) tem mais ligações (arestas) e, portanto, quem é mais citado junto nos documentos (artigos em periódicos, capítulos de livro etc.). Quanto mais conexões um determinado autor tiver, maior será o tamanho da fonte em que o nome dele é retratado;
- a **estatística de grupabilidade**, definida pela **modularidade**, uma medida que permite formar os *clusters* (colorir os grupos de autores que mais aparecem citados juntos na rede). Com o resultado da modularidade, é possível verificar quais são os autores mais influentes e quem aparece citado junto (cocitação).

Seguindo os parâmetros anteriormente apresentados, temos que em relação à centralidade, os autores que são destaques no mundo para a pesquisa sobre capacidades estatais são:

<sup>5</sup> O Gephi é um software, em código aberto, utilizado para visualização, análise e manipulação de redes e grafos.

**Tabela 2 – Os dez principais autores por grau (mundo)**

Autor (nó)	Formação	Nacionalidade	Grau
Daron Acemoglu	Economia	Turco-armênia	206
Tim Besley	Economia	Britânica	166
Alberto Alesina	Economia	Italiana	130
Paul Collier	Economia	Britânica	124
Peter Evans	Sociologia	Norte-americana	124
Cullen Hendrix	Economia	Norte-americana	121
Charles Tilly	Sociologia e ciência política	Norte-americana	111
Max Weber	Direito e economia	Alemã	96
Word Bank	-	-	92
André Marengo	Ciência política	Brasileira	88

Elaboração própria. Fontes: WoS e SciELO

É importante notar que, entre os dez autores mais retratados no campo de capacidades estatais em sua interseção com a educação, há uma predominância de pessoas oriundas do campo da economia. Também é necessário destacar que, já neste primeiro levantamento mais amplo sobre as principais referências, há destaque para um autor brasileiro: André Marengo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em um recorte específico com foco apenas nos autores brasileiros, a análise de centralidade dos autores revela os seguintes nomes:

**Tabela 3 – Os dez principais autores por grau (Brasil)**

Autor (nó)	Formação	Grau
André Marengo	Ciência política	88
Fernando Luiz Abrucio	Ciência política	79
Mariana Batista	Ciência política	76
Cibele Franzese	Direito e administração pública	65
Antonio S. Fernandes	Ciência política e administração pública	60
Maria Hermínia Almeida	Ciência política	60
Alexandre Gomide	Administração pública	58
Marta Arretche	Ciência política	57
Marta Farah	Sociologia	41
Eduardo Grin	Ciência política e administração pública	40

Elaboração própria. Fontes: WoS e SciELO

Como fica evidenciado na comparação do campo de formação dos autores que são destaque internacionalmente e nacionalmente, nota-se no Brasil uma predominância dos estudos sobre capacidades estatais no campo da ciência política e da administração pública.

Visualmente, essa divisão em dois grandes blocos pode ser sinalizada no grafo de redes da seguinte forma: primeiro grupo, e maior deles, formado pelos *clusters* verde, preto, laranja e azul, localizado na parte central e superior da Figura 1, que agrupa autores de subáreas de pesquisa em economia e ciência política predominantemente, concentrando estudos internacionais. O segundo, formado pelos *clusters* rosa, azul-turquesa e roxo, na parte inferior, apresenta autores que são pesquisadores nas áreas de ciência política e administração pública, com presença marcante na primeira área e suas interseções com o campo de políticas públicas, além de mais notoriamente o destaque a autores brasileiros.

Para que possamos compreender com maior profundidade as tradições que caracterizam cada um dos grupos destacados no grafo de redes, as próximas subseções do texto se dedicam a caracterizar quais são os autores que compõem cada *cluster* e o tipo de abordagem teórica que eles utilizam para analisar capacidades estatais.

## CLUSTER VERDE

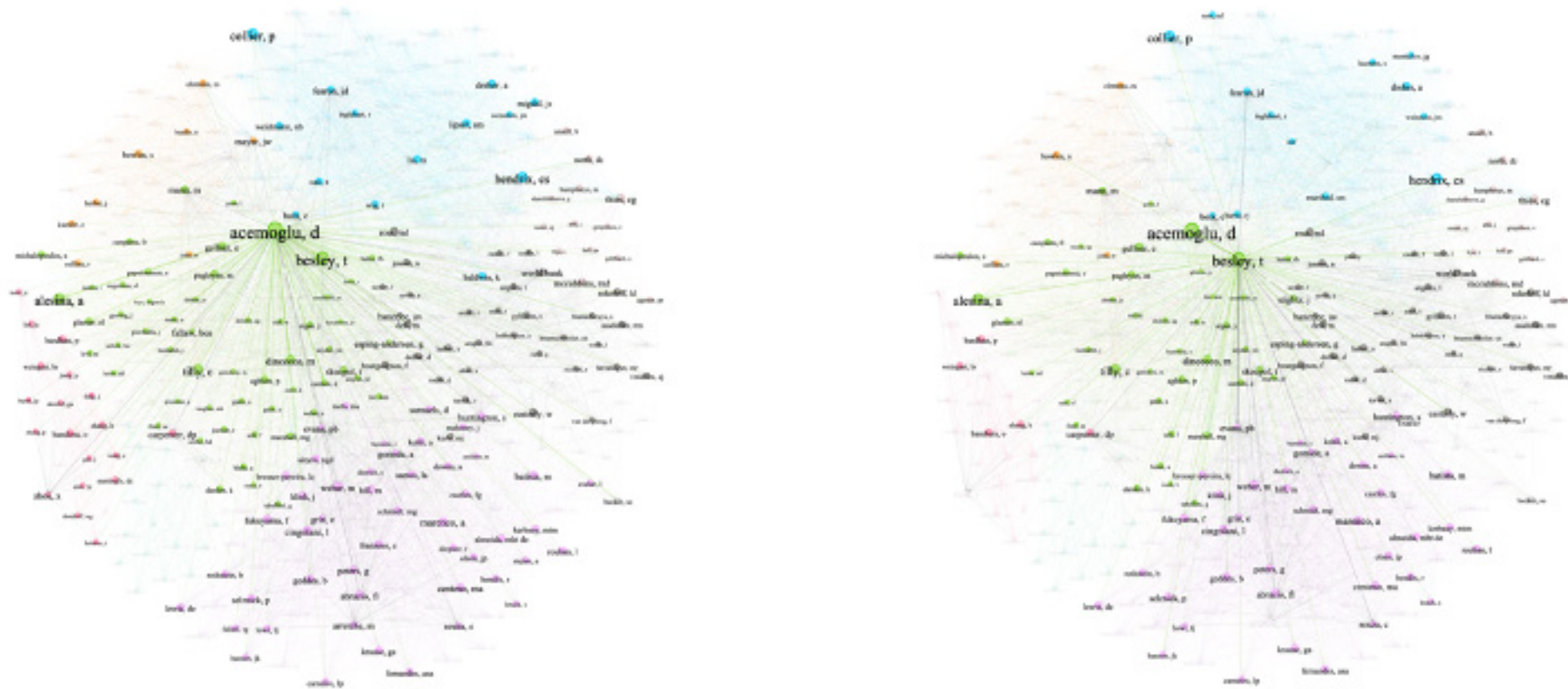
Os autores que são destaque no grupamento verde da Figura 1 (detalhada na sequência) são Daron Acemoglu (retratado como ACEMOGLU, D.) e Tim Besley (BESLEY, T.).

O tamanho em que os nomes de tais autores aparecem no grafo indica não apenas a centralidade dessas duas referências para o grupamento verde, mas também seu papel importante para o campo como um todo. Isso nos permite afirmar que os dois autores supracitados são referências fundamentais sobre o tema “capacidades estatais” no mundo.

Destacamos que o *cluster* verde apresenta a predominância de pesquisadores do *mainstream* da Teoria da Economia Política, dado que Acemoglu é pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Besley da London School of Economics (LSE). Nesse sentido, em termos de conteúdo, é preciso destacar que as discussões sobre capacidades estatais lideradas pelos autores discutem prosperidade, por meio de capacidade tributária dos entes, sua capacidade fiscal e legal. Nesse sentido, a noção de capacidade estatal aqui referida olha mais para o papel do Estado em seu sentido mais clássico, de arrecadação e gestão de recursos.

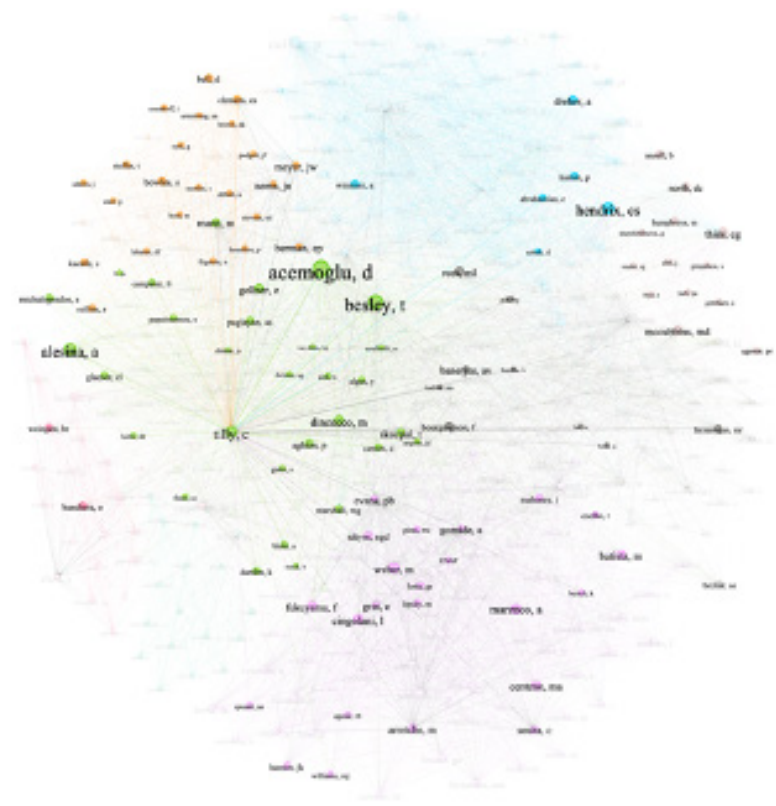
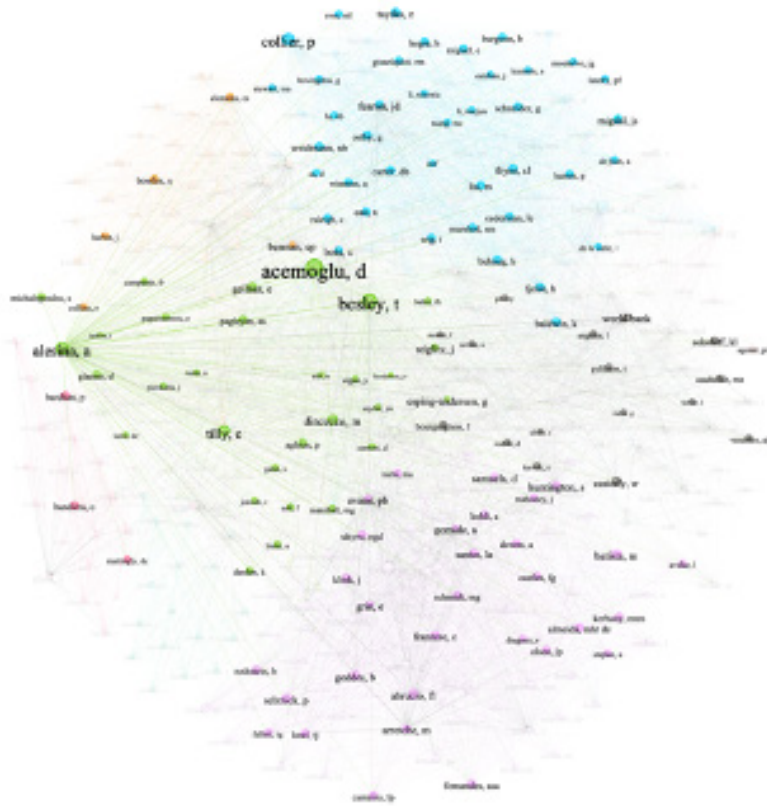


### Detalhes da Figura 1 – Redes dos autores fundamentais (Acemoglu e Besley) do cluster verde



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciElo

## Detalhes da Figura 1 – Redes dos autores fundamentais (Alesina e Tilly) do cluster verde



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciElo





Podemos dizer que o *cluster* laranja se caracteriza, portanto, por um olhar mais focado nas diferentes dimensionalidades das capacidades estatais, adentrando mais nas nuances do conceito.

### Detalhe da Figura 1 – Cluster laranja

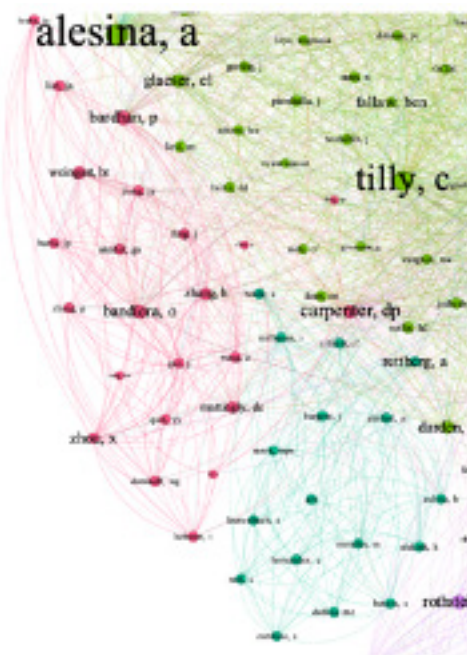


Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciElo

### CLUSTERS ROSA E AZUL-TURQUESA

Ainda que sejam dois grupos distintos, optamos por apresentar os *clusters* rosa e azul-turquesa de forma conjunta, dado seu caráter periférico ao debate. Isso significa que, apesar de haver uma coesão dentro desses grupos que justifica sua existência de forma independente, quando olhamos para o grafo de rede como um todo notamos que os autores presentes nesses dois *clusters* possuem menor influência para o campo de forma estendida.

### Detalhe da Figura 1 – Clusters rosa e azul-turquesa



Elaboração própria.  
Saída do Gephi.  
Fontes: WoS e SciElo

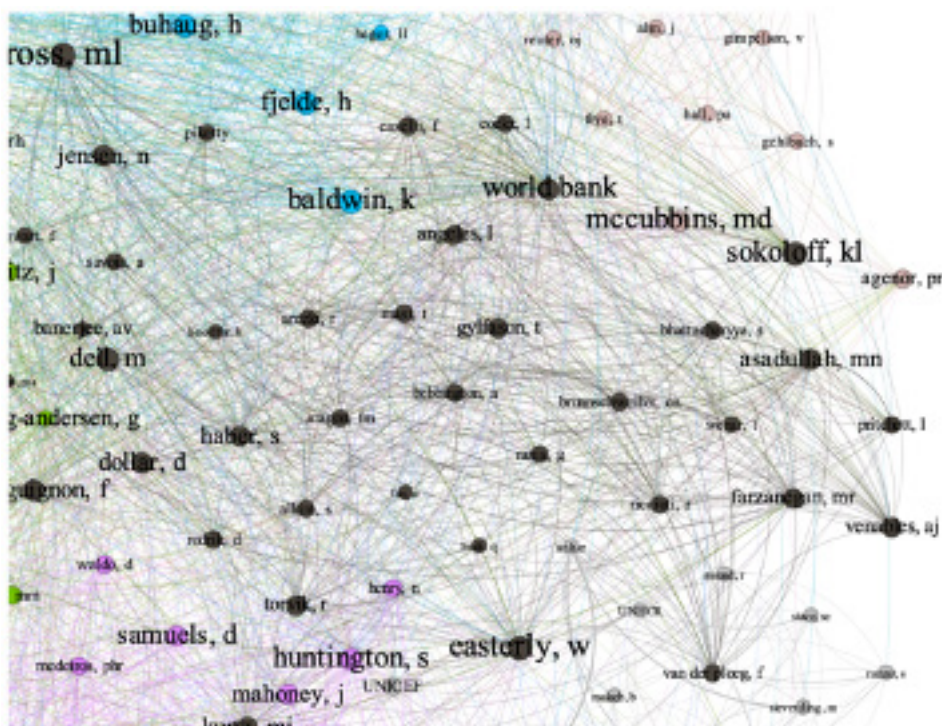
Um autor que se destaca na interseção dos grupos rosa e azul-turquesa é Daniel Carpenter (CARPENTER, D.). Este autor apresenta um modelo analítico para o estudo das burocracias que é bastante utilizado em pesquisas aplicadas sobre capacidades estatais. Carpenter é uma exceção em relação aos demais autores presentes nos *clusters* rosa e azul-turquesa, devido a sua influência sobre outros grupos, sendo uma referência importante também para o *cluster* roxo. Isso ocorre devido ao fato de sua produção acadêmica tratar mais especificamente sobre a formação da autonomia burocrática e a definição de indicadores capazes de mensurar a autonomia e a discricionariedade da burocracia pública. Este é um tema muito trabalhado pelos autores presentes no *cluster* roxo, como será apresentado mais à frente.

## CLUSTER PRETO

Diferentemente do identificado nos demais grupos, o autor de destaque no *cluster* preto não é um pesquisador individual, mas sim uma agência: o Banco Mundial (World Bank). O World Bank é uma agência financeira internacional autônoma, que, além da sua atividade de empréstimos para países em desenvolvimento, financia pesquisas em todo o mundo e em diversos temas. A agenda de pesquisas em capacidades estatais é um dos temas fomentados pelo banco.

Nesse sentido, o fator que congrega os trabalhos presentes no agrupamento preto decorre do fato de os autores nesse *cluster* utilizarem bancos de dados oriundos de pesquisas desenvolvidas com recursos e dados do Banco Mundial, ou por terem financiamento direto desta agência para a realização de seus estudos.

### Detalhe da Figura 1 – Cluster preto



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciELO

## CLUSTER ROXO

Por fim, são autores de destaque no *cluster* roxo Max Weber (WEBER, M.), Luciana Cingolani (CINGOLANI, L.) e Peter Evans (EVANS, P.). Importante notar que todos os três autores são referências relevantes do campo da sociologia ou da ciência política, o que reitera o caráter diferente do grupamento roxo em contraposição ao que observamos no grupamento verde.

Em relação aos temas, os autores presentes no grupamento roxo desenvolvem estudos sobre políticas públicas e federalismo, burocracia e políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Mais uma particularidade desse grupo reside no fato de serem autores com maior interseção com os campos das políticas públicas e da administração pública. Nesse sentido, são também os autores que mais se conectam com os estudos desenvolvidos no Brasil, dada a natureza dos estudos nacionais que tradicionalmente olham para capacidades estatais a partir da perspectiva da ciência política e da administração pública.

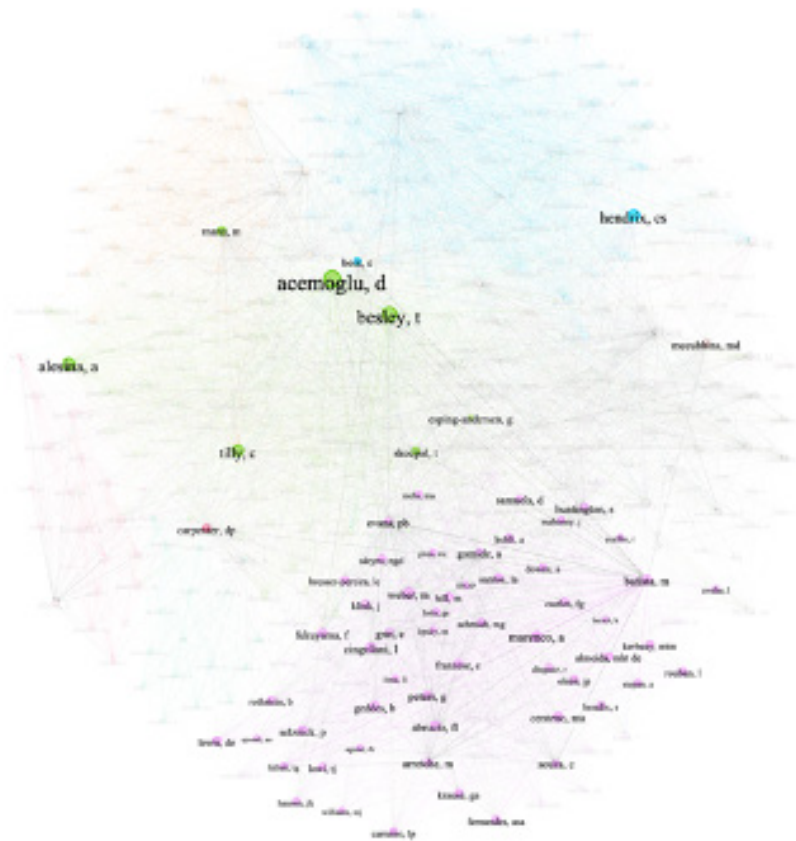
Um autor que é destaque no *cluster* roxo é Francis Fukuyama (FUKUYAMA, F.), filósofo, economista e cientista político da Universidade de Stanford e membro do corpo docente do Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito. Como é possível notar no grafo de redes, Fukuyama ocupa uma posição que pode ser interpretada como uma ligação entre os clusters azul-turquesa e verde, pois trabalha o conceito de capacidade estatal tanto a partir da questão da arrecadação e gestão de recursos (como desenvolvido por Acemoglu e Besley), mas também olha para a análise da burocracia, seu grau de profissionalização e autonomia (como Carpenter). Essa combinação de abordagens é amplamente utilizada no campo das pesquisas de políticas públicas, sendo a principal característica dos estudos presentes no *cluster* roxo.





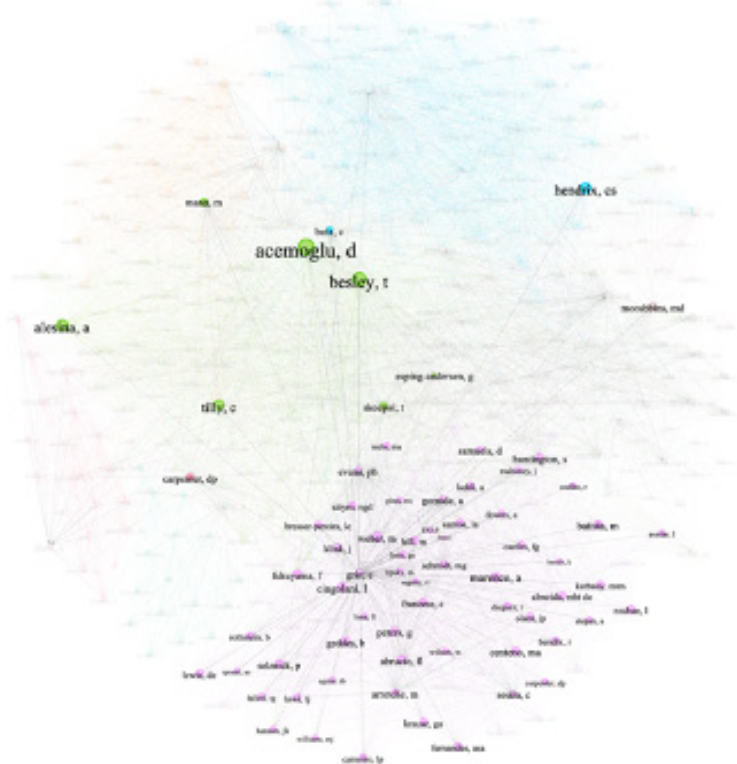


### Detalhe da Figura 1 – Redes dos autores fundamentais (Batista) do cluster roxo



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciELO

### Detalhe da Figura 1 – Redes dos autores fundamentais (Grin) do cluster roxo



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciELO

Ademais, também como referências nacionais importantes no tópico capacidades estatais em educação, destacamos: Cibele Franzese (FRANZESE, C.), professora e pesquisadora do campo de administração pública da Fundação Getúlio Vargas, com estudos em áreas de federalismo e relações intergovernamentais, gestão de pessoas no setor público e gestão pública; Antônio S. Fernandes (FERNANDES, S. A.), cientista político da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pesquisa nas áreas de governança municipal e metropolitana, cooperação intermunicipal e consórcios interfederativos, coordenação federativa e análise da burocracia pública; e Alexandre Gomide (GOMIDE, A.), integrante da carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador em políticas públicas, estratégia e desenvolvimento, com trabalhos específicos em capacidades estatais de maneira ampla, não apenas em educação.

Sobre Gomide, é importante destacar que seu trabalho em parceria com Roberto Pires constitui a principal referência teórica em estudos sobre capacidades estatais no Brasil.

Para Gomide e Pires (2014), a capacidade estatal está fragmentada em dois componentes que marcam o sucesso de uma determinada política pública: o técnico-administrativo e o político relacional. O primeiro componente de capacidade estatal é denominado de capacidade técnico-administrativa e se refere a habilidades ou competência técnica e profissional do corpo burocrático do Estado envolvendo dimensões da burocracia weberiana e sua autonomia – recrutamento meritocrático, carreiras profissionais, cargos comissionados, perfil e trajetória de secretários e gestores etc.

Ainda sobre a capacidade técnica-administrativa, a variável “recursos financeiros” representa o montante de disponibilidades para realização e condução das ações. Com base nesta variável, são discutidos mecanismos de transferência, por exemplo. Os recursos tecnológicos integram desde sistemas informatizados até acesso a dados adequados e disponíveis para a condução das ações.

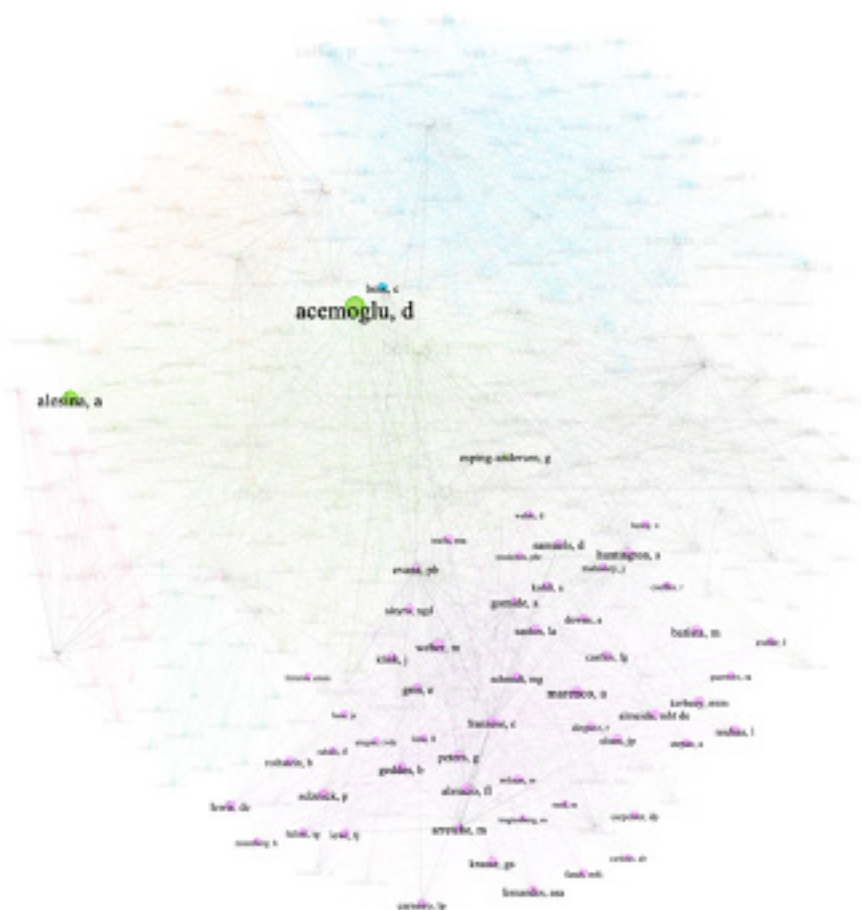
Outras variáveis que integram o primeiro componente do modelo analítico de Gomide e Pires (2014) são os “mecanismos de coordenação” intra e intergovernamentais e as estratégias de “monitoramento”, que vão culminar em processos estruturados de gerenciamento de pessoas com produção de informações, acompanhamento e exigências de desempenho numa lógica de sustentabilidade de recursos. A variável “processual-organizacional” contempla as ferramentas de planejamento, controle e gestão e envolve os instrumentos de coordenação intragovernamental. Por fim, a variável “jurídica”, que diz respeito ao arcabouço regulatório, como políticas e leis, necessárias para a sustentação da política pública.

O segundo componente refere-se a habilidades políticas dos quadros encarregados de implementar as ações de governo nas relações a serem estabelecidas com outros atores estatais ou não estatais



envolvidos nessas ações, articulando e agregando interesses e/ou neutralizando eventuais opositores. É o que Gomide e Pires (2014) denominam de capacidades político-relacionais.

### Detalhe da Figura 1 – Redes dos autores fundamentais (Franzese) do cluster roxo



Elaboração própria. Saída do Gephi. Fontes: WoS e SciElo



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A REDE DE COCITAÇÃO EM “CAPACIDADES ESTATAIS” E “EDUCAÇÃO”

Ainda que a análise cientométrica identifique a presença de sete clusters de autores, o que indica a existência de diferentes abordagens ao tema das capacidades estatais em sua interface com a educação, uma análise qualitativa sobre os nomes presentes na rede revela a existência de dois grandes blocos analíticos: o primeiro, maior, que congrega os *clusters* verde, preto, vermelho, laranja e azul, adota uma abordagem mais próxima da pesquisa em economia; o segundo, formado pelos *clusters* rosa, azul-turquesa e roxo, adota uma abordagem mais voltada para a ciência política e a administração pública, com a presença maciça de autores brasileiros.

Sobre o primeiro grupo, em que o *cluster* verde é central, as posições de Daron Acemoglu e Tim Besley na rede representam a importância dos dois como referências fundamentais em capacidades estatais no mundo, sobretudo para as produções que se localizam em economia política e desenvolvimento.

Nesse contexto, a abordagem do conceito educação se dá majoritariamente enquanto capital humano, desvinculado da discussão sobre políticas públicas.

Além disso, em que pese que o debate seja fortemente influenciado pelo campo da economia no mundo, reforçamos que a mesma situação não se reproduz no Brasil. A produção brasileira aparece com maior destaque no segundo grupo, mais especificamente no *cluster* roxo, com destaque para autores da ciência política com interseções na administração pública. Nesse aspecto, constatamos a presença de importantes autores, como André Marengo, Fernando Luiz Abrucio, Marina Batista, Marta Aretche, Eduardo Grin, Cibele Franzese, entre outros(as).

A abordagem sobre o tema educação nesse segundo grupo está mais associada à discussão de políticas públicas. Contudo, autores como Lobo e Bernardino-Costa (2022), que estudam a eficácia de programas educacionais, não chegam a aparecer na rede de cocitação sobre “capacidade estatal em educação” com grande destaque, dado que seu grau de centralidade é muito baixo em comparação com os demais. Nossa hipótese sobre a fraca associação desses autores no grafo de redes é que seus trabalhos adotam metodologia mais qualitativa e trabalham com estudos de caso mais restritos à realidade brasileira. Como contraposição, Marengo e Gomide, por exemplo, trabalham com métodos quantitativos. Grandes bases de dados e discussões sobre capacidade econômica aparecem com maior destaque, algo que provavelmente decorre das características da pesquisa desenvolvida por tais autores.

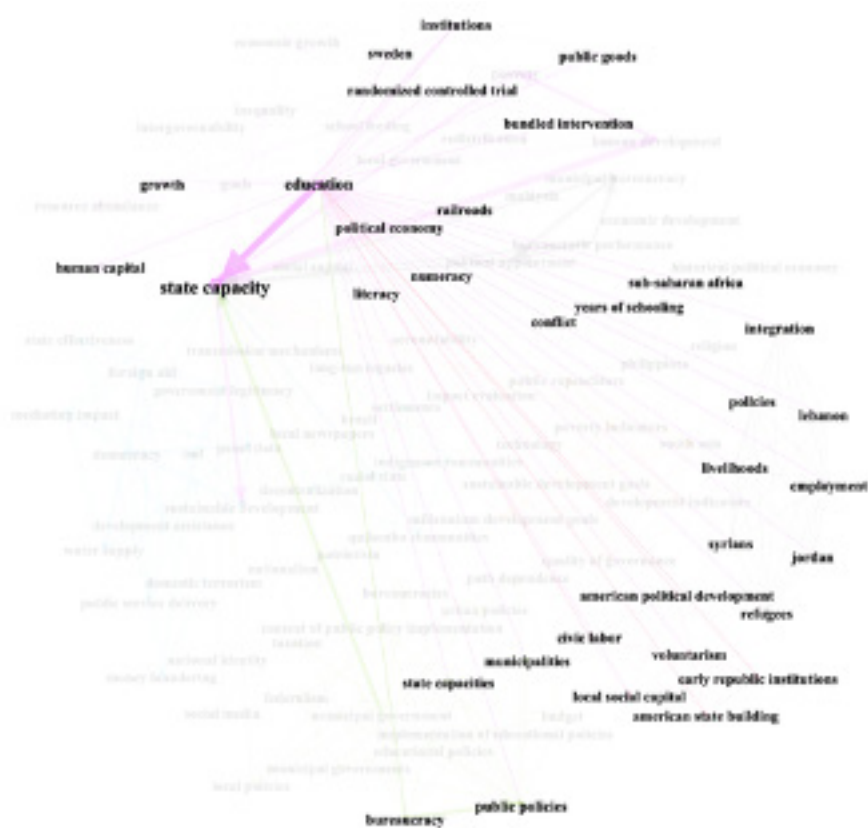


Dadas as características da busca realizada, que considerou os termos “capacidades estatais” e “educação” para o levantamento de artigos, era de esperar que esses termos seriam justamente os mais presentes na análise de rede de palavras.

“Capacidades estatais” é o maior nó do *cluster* roxo da rede de palavras-chave e apresenta forte relação com o termo “educação”.

Outros termos se destacam no mapa e apontam para a já identificada hegemonia do campo da economia nos estudos sobre capacidades estatais. Identificamos a presença de nós relacionados ao desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano (*sustainable development* e *human development*), desigualdade (*inequality*), pobreza (*poverty*) e indicadores de desenvolvimento (*development indicators*) (Figuras 1 e 2).

### Detalhe da Figura 2 – Redes de termos mais frequentes (educação)

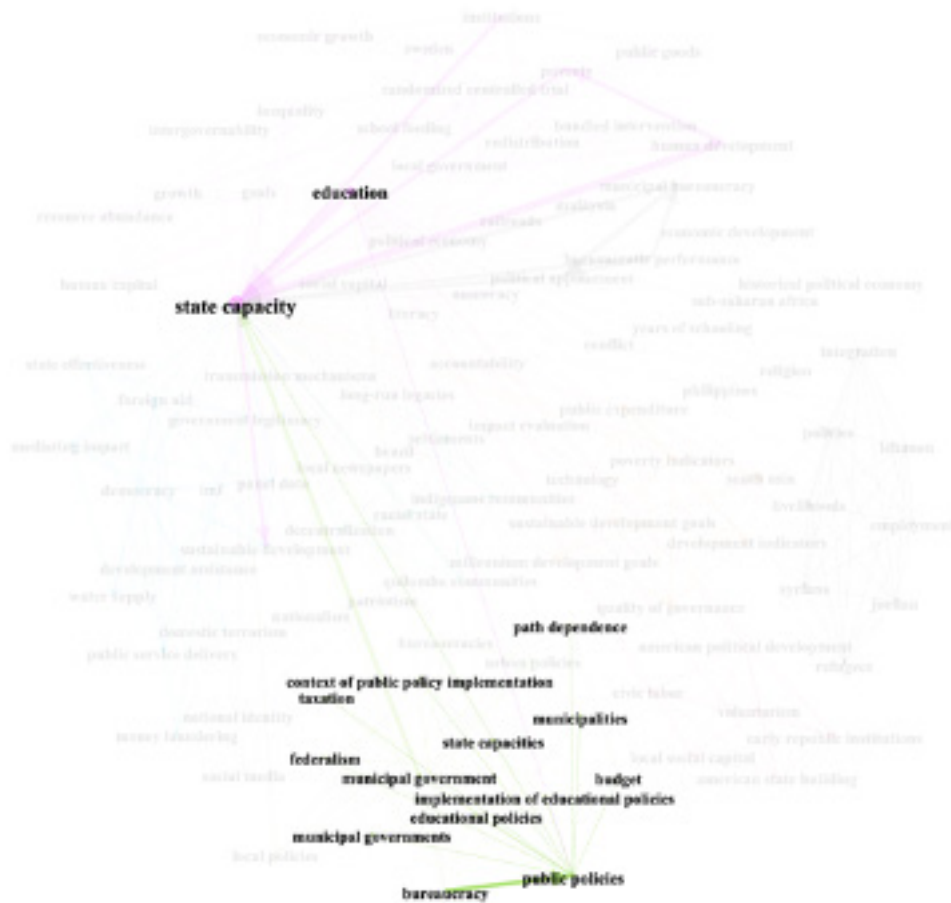


Elaboração própria. Fontes: WoS e SciELO.

O termo *education* encontra-se próximo dos nós como crescimento econômico (*economic growth*), pobreza (*poverty*), instituições (*institutions*) e democracia (*democracy*). Essa aproximação de palavras demonstra que a relação presente na maior parte dos documentos consultados associa educação com capital humano, e não necessariamente políticas públicas (*public policies*). Vale dizer que a menção aos países se refere a estudos de caso desenvolvidos pelos artigos.

Chamamos atenção para a relação do termo educação (*education*) na rede também com os termos burocracia (*bureaucracy*), federalismo (*federalism*), dependência de trajetória (*path dependence*), políticas públicas (*public policies*), implementação de políticas educacionais (*implementation of education policies*) e governos municipais (*municipal government*). Esse segundo grupo de associação demonstra outra linha de estudos, mais próxima da discussão de políticas públicas e onde os pesquisadores brasileiros estão mais presentes como referências fundamentais.

### Detalhe da Figura 2 – Redes de termos mais frequentes (políticas públicas)



Elaboração própria. Fontes: WoS e SciElo

Além da associação de palavras, também é importante identificar em quais espaços os documentos identificados pelo presente estudo circulam. A análise da rede de acoplamento bibliográfico por periódicos busca determinar a relação entre canais de publicação identificando o número de vezes que os periódicos se citam reciprocamente. Este é um exercício importante para que possamos identificar comunidades do campo científico.

Na **Figura 3**, observamos uma clara divisão temática dessa área de pesquisa entre a economia e ciência política, o que também fica evidenciado através do equilíbrio de revistas que ganham destaque com essas publicações (**Tabela 4**). Entretanto, algumas outras áreas podem ser descritas através dessa análise de periódicos, como administração pública, sociologia, direito e o campo de políticas públicas.

**Figura 3 – Análise de acoplamento bibliográfico de periódicos**



Elaboração própria. Fontes: WoS e SciElo

No cluster vermelho, encontramos a maior presença dos periódicos de economia e ciência política, onde estão as revistas *Water International*<sup>6</sup>, *Political Science Research and Methods* e *European Journal of Political Economy*. No cluster verde, à esquerda, predominam revistas de ciência política, administração pública e ciências sociais brasileiras, como *Dados*, *Revista do Serviço Público*, *Revista de Sociologia e Política* e *Revista de Administração Pública*, o que aponta para um provável grupo de publicações regionais sobre capacidades estatais em educação, não apenas do ponto de vista de uma produção local, geograficamente falando, mas que, sobretudo, compartilham de temáticas teóricas e/ou metodológicas distintas das principais produções internacionais.

Salientamos que os resultados dos testes estatísticos sugerem que os brasileiros “dialogam” pouco com a produção internacional sobre perspectivas epistemológicas e ontológicas de pesquisa, bases de dados, teorias e métodos.

<sup>6</sup> Atentamos que a temática-chave da revista (gestão sustentável de recursos) está diretamente associada à temática de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU), o que pode justificar, ao menos no período de análise, seu destaque.

**Tabela 4 – Os dez principais periódicos por grau**

Periódico	Grau	País
<i>Water International</i>	15	Japão
<i>Dados</i>	14	Brasil
<i>European Journal of Political Economy</i>	13	Holanda
<i>Political Science Research and Methods</i>	13	Reino Unido
<i>Revista do Serviço Público</i>	12	Brasil
<i>Defence and Peace Economics</i>	11	Reino Unido
<i>Economic Journal</i>	11	Estados Unidos
<i>Terrorism and Political Violence</i>	9	Reino Unido
<i>Journal of Chinese Political Science</i>	7	Holanda
<i>Review of Economic Studies</i>	7	Reino Unido

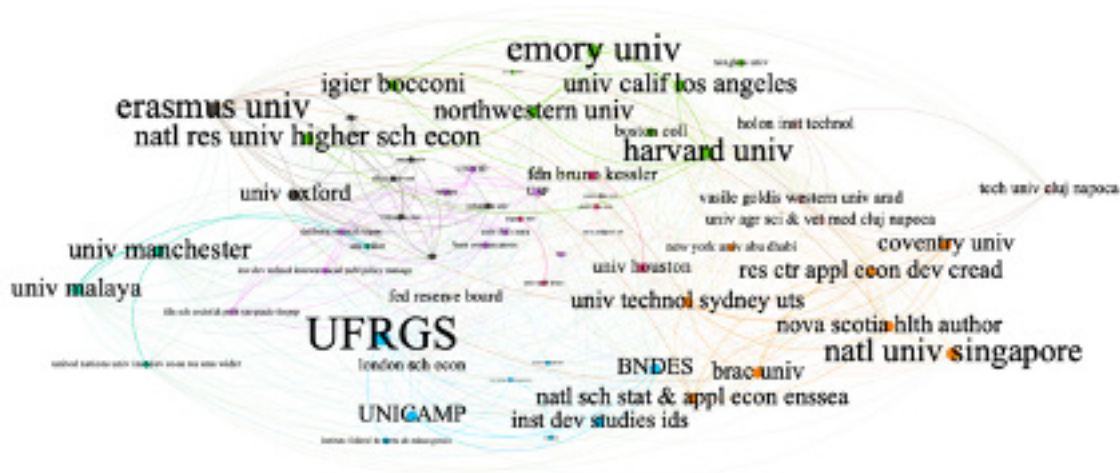
Elaboração própria. Fonte: WoS e SciELO

Na **Tabela 4**, apresentamos os dez periódicos que concentram as maiores centralidades de grau. Chamamos atenção para o fato de que, entre os principais periódicos mobilizados para análise, quatro são do Reino Unido, dois da Holanda, um dos Estados Unidos, um do Japão e dois deles são brasileiros (*Dados* e *Revista do Serviço Público*). No caso da *Revista do Serviço Público*, trata-se de uma publicação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e, por coincidência, o primeiro número de 2023 (71) é dedicado ao tema das capacidades estatais.

Para além das associações entre periódicos, também é importante olharmos para as relações existentes entre diferentes instituições. Na **Figura 4**, encontramos as instituições de origem dos autores fundamentais no exterior e no Brasil e as relações estabelecidas, dado o compartilhamento de citações entre esses pesquisadores. É importante notar que o resultado aponta para a existência de três grandes *clusters* (verde, laranja e azul) e de outros três menores (roxo, marrom e azul-turquesa).



Figura 4 – Análise de acoplamento bibliográfico por instituições



Elaboração própria. Fonte: WoS e SciElo

No *cluster verde*, verificamos a posição central na rede das instituições estrangeiras, em especial universidades norte-americanas como Emory University (*Emory Univ*), Harvard University (*Harvard Univ*), University of California (*Univ Calif Los Angeles*) e Northwestern University (*Northwestern Univ*).

No *cluster laranja*, identificamos a National University of Singapore (*Natl Univ Singapore*), University of Technology Sydney (*Univ Technol Sydney Uts*) e Nova Scotia Health Authority (*Nova Scotia Hlth Author*). Esses achados ratificam os demais testes estatísticos e dados quanto à hegemonia da produção de autores vinculados a essas instituições nos campos da economia e da ciência política.

No *cluster azul*, chamamos atenção para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*UFRGS*) e a Universidade Estadual de Campinas (*Unicamp*), duas instituições brasileiras que se destacam. Outras instituições nacionais são: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (*BNDES*), Fundação Getulio Vargas (*FGV*), Universidade Federal do Ceará (*UFC*), Universidade de São Paulo (*USP*) e Universidade Cidade de São Paulo (*Unicid*). Conseguimos estimar, a partir disso, a influência de determinadas instituições no campo de estudo, como UFRGS e Unicamp, em relação à produção nacional, o que permite identificar a existência de algumas hierarquias informais desse campo científico. Lembramos apenas que o autor brasileiro que mais se destaca no tópico de pesquisa (André Marengo) é integrante da UFRGS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a estrutura do campo de estudos de capacidades estatais, construímos um *science mapping*, ou seja, um mapa da produção científica desse domínio de pesquisa. O mapa permite entender melhor como está estruturada a literatura internacional e a nacional, bem como explorar barreiras que perpassam desde questões epistemológicas e ontológicas até métodos, critérios de validação de pesquisa, objeto de estudo, entre outros.

O primeiro achado que precisamos destacar diz respeito ao crescimento do campo de estudos em capacidades estatais nos últimos anos. Observam-se um interesse crescente e uma tendência de alta na produção sobre o tópico de pesquisa. Esse crescimento, contudo, ainda não acarretou a diversificação das áreas de conhecimento que analisam capacidades estatais e educação, permanecendo os estudos concentrados nos campos da economia e da ciência política.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, ainda que o tema das capacidades estatais esteja cada vez mais despertando o interesse de pesquisadores, quando analisada a interseção do campo com a educação, nota-se uma presença mais restrita de estudos. Esse é um achado importante que fala sobre a necessidade de maior aproximação dos estudos sobre capacidades estatais na educação, especialmente trazendo um olhar sobre as políticas públicas educacionais.

Em relação à análise de *clusters* sobre os autores, nota-se certo insulamento das discussões nacionais. Enquanto a produção científica internacional está mais voltada aos estudos do campo da economia, com maior ênfase ao entendimento da capacidade do Estado em arrecadar e gerir recursos, a produção nacional está mais voltada ao campo da ciência política em sua interface com as políticas públicas.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao fato de muitos de os autores brasileiros presentes no levantamento aqui apresentado trazerem discussões sobre federalismo e descentralização, temas altamente relevantes no contexto da discussão das políticas públicas nacionais, especialmente após a Constituição de 1988. Talvez, por isso, vê-se que os estudos sobre capacidades estatais no Brasil trazem em geral como foco os municípios, algo que fica evidenciado inclusive na produção de André Marengo, autor brasileiro que foi identificado por este levantamento como o principal expoente na discussão sobre capacidades estatais.

Em relação à rede de termos mais frequentes, nota-se uma primazia da abordagem econômica nos estudos (expressa na centralidade das palavras *sustainable development*, *human development*, *inequality*, *economic growth*, *institutions*, *democracy* e *decentralization*).

Em geral, dentro do campo mais amplo e internacionalizado, o termo educação mostra-se próximo de nós como crescimento econômico (“*economic growth*”), pobreza (“*poverty*”), instituições (“*institutions*”) e democracia (“*democracy*”), o que sugere uma associação da educação com o debate sobre capital humano. No caso dos estudos brasileiros, o termo educação está mais relacionado a burocracia (“*bureaucracy*”), federalismo (“*federalism*”), dependência de trajetória (“*path dependence*”), políticas públicas (“*public policies*”), implementação de políticas educacionais (“*implementation of education policies*”) e governos municipais (“*municipal government*”), revelando um entendimento de educação mais próximo da discussão de políticas públicas

O quadro aqui delineado permite aventar hipóteses de pesquisa em diversas perspectivas. Nossos achados trazem indícios de que há lacunas na literatura quando comparadas as produções no exterior e no Brasil. Esse fato pode ser resultado tanto da existência de estratégias metodológicas distintas entre os estudos quanto da especificidade teórica dos campos da economia, ciência política e administração pública.

Em outras palavras, ainda que os diferentes trabalhos consultados participem de uma discussão teórica em comum e partilhem categorias analíticas e métodos, os pesquisadores brasileiros conversam mais entre si, teórica e metodologicamente.

Como desdobramentos futuros de pesquisa, nos parece importante salientar a necessidade de mais investimentos em estudos que olhem mais especificamente para as políticas educacionais e os desafios a elas associados, dado que a interseção entre o tema das capacidades estatais e educação ainda carece de aprofundamentos. Também reiteramos a necessidade de um olhar para o Estado para além do nível municipal, com mais discussões sobre o papel das demais instâncias federativas.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D; JOHNSON, S., C; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **American Economic Review**, 91 (5), 1369-1401, 2001.

ACEMOGLU, D; JOHNSON, S. Unbundling institutions. **Journal of political Economy**, 113 (5), 949-995, 2005.

ACEMOGLU, D; JOHNSON, S. **Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty**. Currency, 2013.

ACEMOGLU, D. ; GARCÍA-JIMENO, C; ROBINSON, J. A. State capacity and economic development: A network approach. **American Economic Review**, 105 (8), 2364-2409, 2015.

AGUIAR, Rafael Barbosa; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **BIB**, São Paulo, n. 89, p. 1-28, 2019.

ALESINA, A; RODRIK, D. Distributive politics and economic growth. **The Quarterly Journal of Economics** 109 (2), 465-490, 1994.

ALESINA, A; GIULIANO, P. Culture and institutions. **Journal of Economic Literature**, 53 (4), 898-944, 2015.

ALESINA, A.; GIULIANO, P.; REICH, B. Nation-Building and Education. **The Economic Journal**, v. 131, n. 638, p. 2273-2303, 2021. doi:10.1093/ej/ueab001.

ALESINA, A; MICHALOPOULOS, S; PAPAIOANNOU, E. Ethnic inequality. **Journal of Political Economy** 124 (2), 428-488, 2016.

ALESINA, A; GENNAIOLI, C; LOVO, S. Public goods and ethnic diversity: Evidence from deforestation in Indonesia. **Economica**, 86 (341), 32-66, 2019.

BESLEY, T. State capacity, reciprocity, and the social contract. **Econometrica**, 88 (4), 1307-1335, 2020.

BESLEY, T.; PERSSON, T. Wars and state capacity. **Journal of the European Economic Association**, 6 (2-3), 522-530, 2008.

- BESLEY, T.; PERSSON, T. The origins of state capacity: Property rights, taxation, and politics. **American Economic Review**, 99 (4), 1218-1244, 2009.
- BESLEY, T.; PERSSON, T. State capacity, conflict, and development. **Econometrica**, 78 (1), 1-34, 2010.
- BESLEY, T.; REYNAL-QUEROL, M. The Colonial Origins of State Capacity: Evidence from Spanish Conquerors in Latin America. **Working paper**. 2023
- BICHIR, R. M. A Emergência e a Consolidação de Programas de Transferência de Renda no Brasil, na Argentina e na África do Sul. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (orgs.). **Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.
- CARDOSO, A. L. R.; MARENCO, A. Nomeações políticas nos governos municipais e performance burocrática: avaliando o desempenho. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 3, p. 360-380, 2020. doi:10.1590/0034-761220190020.
- CARPENTER, D. **The forging of bureaucratic autonomy: reputations, networks, and policy innovation in executive agencies (1862-1928)**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- CHATAGNIER, J. T.; CASTELLI, E. The Arc of Modernization: Economic Structure, Materialism, and the Onset of Civil Conflict. **Political Science Research and Methods**, p. 1-20, 2016. doi:10.1017/psrm.2016.24.
- CINGOLANI, L. The state of State capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: UNU-MERIT, 2013. (**Working Paper**, n. 53).
- COLLIER, P. **The plundered planet: how to reconcile prosperity with nature**. UK, Penguin, 2011.
- COLLIER, P.; BETTS, A. **Refuge: Rethinking refugee policy in a changing world**. Oxford University Press, 2017.
- COELHO, R.; GUTH, F.; LOUREIRO, M. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 4, p. 778-808, 2020. doi:10.21874/rsp.v71i4.4524.
- CRUZ, M. do C. M. T.; RIBEIRO, V. M.; BATISTA, J. M. Contexto de implementação do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2405-2432, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.3.16719.

ENAP. **Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do survey sobre serviço civil no Brasil** – Brasília: Enap, 2018. 74.

ENRIQUEZ, Elaine; CENTENO, Miguel A. State capacity: utilization, durability, and the role of wealth vs. history. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 130-162, 2012.

EVANS, P. **Embedded autonomy: States and industrial transformation**. Princeton University Press, 1995.

EVANS, P. Beyond “Institutional Monocropping”: institutions, capabilities, and deliberative development. **Sociologias**, 20-63, 2003.

EVANS, P. El hibridismo como estrategia administrativa: combinando la capacidad burocrática con las señales de mercado y la democracia deliberativa. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, 25, 1-15, 2003.

EVANS, P. **Dependent development**. Princeton University Press, 2018.

EVANS, P.; RAUCH, J. E. Burocracia e crescimento: uma análise internacional dos efeitos das estruturas do Estado “weberiano” sobre o crescimento econômico. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 65 (4): 407-437 out/dez 2014.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. Efeitos Recíprocos entre Federalismo e Políticas Públicas no Brasil: os casos do sistema de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. (orgs.). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

FUKUYAMA, F. O imperativo da construção do Estado. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 2, p. 17–31, 2004.

FUKUYAMA, F. What is Governance. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, 26, 3, pp.347-368, 2013.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2014.

GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016.

HENDRIX, C. S. Measuring state capacity: Theoretical and empirical implications for the study of civil conflict. **Journal of Peace Research**, 47 (3), 273-285, 2010.

HENDRIX, C. S.; YOUNG, JK. State capacity and terrorism: A two-dimensional approach. **Security Studies**, 23 (2), 329-363, 2014.

KHEMANI, S. **What Is State Capacity?**. Policy Research Working Paper; 8734. World Bank, Washington, DC, 2019.

JAGUARIBE, Ana. Capacidades Estatais Comparadas: A China e a Reforma do Sistema Nacional de Inovação. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016.

JENSEN, J. L.; RAMEY, A. J. Early investments in state capacity promote persistently higher levels of social capital. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 201919972, 2020. doi:10.1073/pnas.1919972117.

LOBO, C. A.; FECHINE, V. Avaliação da parceria FNDE e Ifes na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 72, n. 3, p. 554-582, jul./set. 2021.

LOBO, C. A.; BERNARDINO-COSTA, J. Quando o Estado não chega: a eficácia de programas educacionais em assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas. **Educação em Revista**, v. 38, p. e26309, 2022.

LOUREIRO, M. R.; CALABREZ, F. Capacidade estatal e dívida pública no Brasil: O Caso da Secretaria do Tesouro Nacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 75, p. e002, 2020.

MANN, M. **The Sources of Social Power: A history of power from the beginning to A.D. 1760**. New York: Cambridge University Press, 1986.

MARENCO, A. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 1025-1058, 2017.

MARENCO, A.; STROHSCHOEN, M. T. B.; JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 03-21, 2017.

MARENCO, A.; CATE, L. T. Municípios são todos iguais? Decisões sobre gasto, orçamento e políticas públicas em governos locais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, n. 77, p. e001, 2021.

MARQUES, I.; REMINGTON, T.; BAZAVLIUK, V. Encouraging skill development: Evidence from public-private partnerships in education in Russia's regions. **European Journal of Political Economy**, v. 101888, 2020. doi:10.1016/j.ejpoleco.2020.101888.

MINGERS, J; LEYDESDORFF, L. A review of theory and practice in scientometrics. **European Journal of Operational Research**, v. 246, n. 1, p. 1–19, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ejor.2015.04.002>.

PACKER, A. L. The SciELO Open Access: A Gold Way from the South. **Canadian Journal of Higher Education**, v. 39, n. 3, p. 111–126, 2009.

PERICH, R; SANGALLI, A; GABRIEL, G. **Métodos alternativos de busca avançada na plataforma Scopus**. Ciência política: o campo em discussão. Curitiba: Massimo Editorial, 2021.

SAVOIA, A.; SEN, K. Measurement and evolution of state capacity: Exploring a lesser known aspect of governance. Effective States and Inclusive Development Research Centre. **Working Paper**, 10, 2012.

SEGATTO, C. I., EUCLYDES, F. M., & ABRUCIO, F. Capacidades estatais e seus efeitos nas Políticas Municipais de Educação. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, 26(84), 2021.

SKOCPOL, T. Bring the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: Evans, P.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. (orgs.). **Bringing the State Back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOIFER, H. D. Measuring State Capacity in Contemporary Latin America. **Revista de Ciência Política**, 32 (3): 585-98, 2012.

TILLY, C. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975.

TILLY, C. **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press, 1998.

TILLY, C. “Survey Article: Power – Top Down and Bottom Up”. **Journal of Political Philosophy**, 7(3):330–52, 1999.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WEBER, M. **Economy and Society**, 2 vols. University of California Press: Berkeley, CA., ([1922] 1978).

WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism** (translated by Parsons, T.). Scribner: New York, ([1905] 1958).

WEISS, L. **The Myth of the Powerless State: Governing the Economy in a Global Era**. New York: Cornell University Press, 1998.

WORLD BANK. Várias publicações disponíveis em: <https://openknowledge.worldbank.org/home> (buscar por state capacity).

WU, X.; HOWLETT, M., & RAMESH, M. (Eds.). **Policy capacity and governance: Assessing governmental competences and capabilities in theory and practice**. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.